

Caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos e o contexto da consolidação da independência do Brasil

NEUMA BRILHANTE*

RESUMO: Para o pensar as relações possíveis entre a escrita da história do momento da independência e a trajetória de vida, proponho o estudo de Raimundo José da Cunha Mattos. Este personagem foi atuante na maioria dos principais acontecimentos relacionados à formação do estado brasileiro nas quatro primeiras décadas do século XIX e que representou um modelo de servidor do Império, cuja vida confunde-se com a do Império que serviu.

PALAVRAS-CHAVE: independência – trajetórias de vida – Raimundo José da Cunha Mattos.

INTRODUÇÃO

Os historiadores dedicados à escrita da história política no Brasil têm buscado compreender a formação da cultura política do momento da independência e das disputas que envolveram diferentes projetos de soberania, de formas de organização do Estado e da constituição da nação brasileira no momento de sua consolidação. Por esta perspectiva, a política é percebida como um ‘lugar’ onde ações e representações articulam-se na definição de espaços e significados que orientaram a experiência daqueles que se entendiam como construtores de um novo país.

O entrelace de novas e de tradicionais abordagens da formação do Brasil como Estado-nação tem aberto várias possibilidades de estudo. Dentro deste contexto, um ângulo possível de análise é a trajetória de indivíduos que vivenciaram o período em questão.

A biografia, relegada a um lugar menor na cultura histórica ocidental desde o início do século XX, ressurgiu como uma possibilidade legítima de compreensão do passado. A volta da biografia, ou trajetória de vida, está também relacionada ao retorno da narrativa e à aproximação da história com a literatura.

Todavia, é preciso destacar que não se trata aqui da narrativa episódica da vida de personagens cuja trajetória era descrita como um caminhar retilíneo e coerente, ou a uma visão determinista, pela qual o contexto social definiria as ações humanas:

“(...) um número significativo de historiadores procura pensar a articulação entre as trajetórias individuais examinadas e os contextos nos quais estas se realizaram como uma via de mão dupla, sem cair nem no individualismo exacerbado (como nas biografias tradicionais, do tipo ‘a vida dos grandes vultos’), nem na determinação estrutural estrita (como nas análises marxistas ortodoxas).”¹

O que se pretende é o mover constante entre o individual e o social, entre o biografado e seu contexto, buscando perceber o biografado como ser fracionado e múltiplo. Nas biografias intelectuais, o conhecimento aprofundado da obra do biografado é essencial, sendo necessário não limitar-se a obra em si, mas explorar os ‘lugares’ a partir dos quais esta obra foi produzida e as redes de sociabilidade do autor.²

Para o pensar as relações possíveis entre a escrita da história do momento da independência e a trajetória de vida, proponho o estudo de Raimundo José da Cunha Mattos. Este personagem foi atuante na maioria dos principais acontecimentos relacionados à formação do estado brasileiro nas quatro primeiras décadas do século XIX e que representou um modelo de servidor do Império, cuja vida confunde-se com a do Império que serviu.

Raymundo José da Cunha Mattos (1776-1839), natural de Portugal, entrou na vida militar aos 14 anos de idade, assentando praça na cidade de Faro, em Algarves. Por volta dos 17 anos, partiu para o Roussillon, participando das batalhas contra as tropas espanholas. Logo ao retornar a Portugal, partiria para uma longa estada, aproximadamente 18 anos, nas costas africanas, estabelecendo-se na ilha de São Tomé, onde chegou como furriel de artilharia e saiu como comandante interino da ilha, tendo ocupado os cargos de sargento-mor, procurador dos Feitos e provedor da Fazenda e Alfândega.

Ainda em sua cidade, cursou Matemática pura aplicada à artilharia na Escola Regimental em Algarves. Já em Roussillon, Cunha Mattos dava início à prática de escrever sobre suas campanhas, anotando os fatos considerados relevantes, elaborando memórias históricas e analíticas.

Bittencourt³ considerou essa experiência essencial para o militar, que estaria em meio às grandes disputas que tiveram por cenário o Atlântico, ampliando assim sua capacidade analítica do contexto de disputas internacionais. A partir desta experiência, Mattos reuniu vasto material que deu origem ao “Compêndio Histórico das Possessões da Coroa de Portugal nos Mares e Continentes da África Oriental e Ocidental”⁴, que tinha como um de seus objetivos ampliar o conhecimento acerca das partes constituintes do Império Luso.

Ao analisarmos a trajetória de Cunha Mattos, percebemos seu estreito vínculo com a idéia desse Império. A utopia da construção de um poderoso império marcaria sua atuação no Brasil, desde sua chegada logo após a elevação da antiga colônia à categoria de Reino, até sua morte em 1839, quando encabeçava com Januário da Cunha Barboza o projeto de formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As ações de Cunha Mattos estavam, a meu ver, por um lado ligadas à sua experiência como funcionário da coroa portuguesa e, por outro, ao desejo de servir a uma potência que atualizaria a grandiosidade uma vez vivida por Portugal.

O sentido de um Império era reforçado pela prática da administração portuguesa de promover a circulação de seus funcionários entre diversas partes de seus domínios. Essa estratégia tinha por objetivos garantir uma visão de conjunto da realidade do império aos burocratas, que eram responsáveis pelo cumprimento das ordens do governo geral nos mais distantes domínios do Império. Objetivava também evitar a construção de maiores laços entre os burocratas reais e as elites locais, o que poderia significar a supremacia das últimas nos jogos políticos existentes com a Coroa. Prática esta que seria amplamente utilizada pelo Estado brasileiro.

O PROJETO LUSO-BRASILEIRO

Desde a restauração em 1640, Portugal pretendeu reconstruir seu Império, projeto esse que seria articulado por Pombal, sendo reorientado por um dos seus principais pupilos: D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Quando foi nomeado Ministro e Secretário Geral de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, d.Rodrigo deu início a um projeto de construção de um Império luso-brasileiro, sendo a implementação de reformas que reestruturaria as relações entre as diferentes parte do Império essencial para seu sucesso. Tais reformas

– que não chegaram a ser executadas - significariam, para seu mentor, a garantia da manutenção das posses portuguesas diante da ameaça – cada vez mais frequente, principalmente após a independência das colônias inglesas – da emancipação daquele que era o centro econômico do império. Buscou-se a criação de laços de identidade, por meio dos quais o pertencimento à nação lusa sobrepujaria outras formas de identidade política.

Com formação marcada pela influência das luzes, o grupo de homens que estava ao lado de Coutinho em seu projeto defendia “reformas educacionais e administrativas (...) através do aperfeiçoamento técnico-científico e da organização da produção, como forma da superação das deficiências do sistema vigente. Priorizou-se o pensamento científico e a difusão do saber experimental (...)”.⁵

De um modo geral, a proposta reformista lusa seria marcada pela busca da burocratização do Estado, do fortalecimento do poder real e, conseqüentemente, da dissolução dos privilégios da nobreza e da Igreja.

Silva Dias demonstrou de modo bastante didático como a monarquia portuguesa foi objeto ao longo do século XVIII de uma série de debates que pretendia definir o caráter e o alcance do poder real, ou seja, o caminhar da construção da legitimidade do monarca absoluto em Portugal ao longo do período Pombalino. Os pressupostos que balizaram este debate foram atualizados de acordo com o surgimento de novos contextos políticos e, conseqüentemente, de novas questões. Em uma esquematização simples dos argumentos de Dias, podemos dizer que foram as principais abordagens do debate: 1) teológico-canônica (buscava a autonomia do Estado em relação à Igreja), 2) o histórico-juridicista (fundamentava a oposição à monarquia mista e o policentrismo político e, 3) jusnaturalista (pretendia legitimar a desfeudalização das estruturas econômicas e sociais).

Uma das qualidades desse trabalho encontra-se na oposição a visões extremistas do governo de Pombal, comumente tratado pela historiografia como um bloco coerente e racionalmente arquitetado pelo Marquês⁶. Mais que uma ruptura, a concentração de poderes nas mãos reais em Portugal foi construída a partir da tradição⁷.

Cunha Mattos fazia parte do grupo que, devido à formação em Coimbra e/ou a atuação na arquitetura estatal lusitana, compartilhava o projeto da construção de um poderoso Império a partir das concepções do reformismo ilustrado português. Ele percebia este projeto como viável diante da imensidão territorial e riquezas da América

portuguesa, incomparáveis naquele momento histórico, onde os Estados Unidos era pouco mais do que as 13 colônias da costa Leste.

Deste modo, a noção de Império estava presente tanto no espaço de experiência como no horizonte de expectativas de Cunha Mattos.

Paul Ricoeur, em comentários sobre a categorização proposta por Koselleck, chamou a atenção para o poder imagético dos mesmos. A palavra espaço tem em si a idéia de um lugar mais ou menos delimitado, cujo conteúdo não é definido, com diversas possibilidades de percursos. Este caráter aberto do espaço dá um sentido plural às experiências ali contidas, independente de serem individuais ou coletivas.

Ao que se refere ao horizonte de expectativa, ainda seguindo as idéias de Ricoeur, a expressão nos remete à imagem de um por vir aberto, repleto de possibilidades e mesmo de indefinições. Este sentido é dado tanto pela idéia de horizonte – cujo sentido é marcado pela “potência de desdobramento e de superação” – quanto pela de expectativa – “amplo o bastante para incluir (...) todas as manifestações privadas ou comuns que visem ao futuro”⁸.

Essas categorias não são opostas ou excludentes. O significado das experiências estará diretamente relacionado ao horizonte de expectativas, a partir do qual o passado é sentido e compreendido no presente. O horizonte de expectativas, por seu turno, é informado pela experiência e é constantemente alterado a partir de novas vivências ou expectativas.

O ‘futuro real’, podemos concluir, estará entre o que nos é informado pela relação da experiência com as expectativas, acrescentando aí o inesperado, aquilo que está além do horizonte.

As duas categorias não possuem significantes específicos na ‘história vivida’, para usar uma expressão do autor, entretanto, não há ação humana que não relacione experiências e expectativas. Como categorias meta-históricas, a forma como são vivenciadas variam de acordo com a sociedade ou com o transcorrer da vida pessoal.

Mais que uma ‘realidade’, espaço de experiência e horizonte de expectativas delineiam o campo de possíveis histórias e sua compreensão: “As condições da história real são, ao mesmo tempo, condições do seu entendimento. Esperança e memória, ou expresso de modo mais geral, expectativa e experiência (...), simultaneamente, constituem a história e sua compreensão. Eles o fazem pela demonstração e produção da íntima relação entre o passado e o futuro próximo, o hoje ou o amanhã.”⁹

Por meio da articulação dessas categorias, o presente do nosso personagem coloca-se como um ponto de intersecção do passado e do futuro, do seu espaço de experiências e de seu horizonte de expectativas.

Portanto, a partir destas categorias, podemos relacionar as experiências vividas por Cunha Mattos com os desejos, inseguranças, projetos, disputas e perspectivas dos homens de seu tempo, cujas alterações de idéias e comportamentos podem ser vistos como novas articulações entre o vivido e as expectativas, quando passado, presente e futuro são vivenciados simultaneamente.

A comunhão dos ideais do pensamento reformista ilustrado português por parte de Cunha Mattos, apesar de não ter sido aluno de Coimbra, fez com que ele fosse considerado como um membro do grupo que Barman denominaria de luso-brasileiro¹⁰. A lealdade deste grupo estava, em primeiro lugar, com o monarca e o império que ele dirigia, independentemente do lugar onde ele residisse.

CUNHA MATTOS: TRAJETÓRIAS

A participação de Cunha Mattos nesta rede de socialização significava a valorização do conhecimento como caminho para 'ilustrar' a sociedade e, assim, alcançar a reconstrução da grandiosidade lusitana a muito perdida. Esta crença na razão levou Cunha Mattos a produzir uma interessante obra, ligada à sua atuação como servidor do Império. Sua intensa atividade intelectual legou-nos um rico acervo de fontes no qual podem ser encontrados os principais temas de sua época.

Desde muito cedo, este personagem dividiria seu tempo entre o trabalho e o estudo de aspectos históricos e geográficos dos lugares por onde passava. Segundo Bellegarde, já em Roussilion, "para repouso da luta constante, que foram estas campanhas memoráveis, o jovem cabo escrevia memórias históricas e analíticas das mesmas campanhas (...)"¹¹. Deste hábito, seriam frutos vários compêndios e memórias, nos quais a narrativa dos fatos por ele testemunhados era articulada a uma perspectiva mais analítica. A maioria dos trabalhos de Cunha Mattos foi publicada durante a vida dele.

Na análise destes, um importante apoio teórico é a concepção de análise dialógica de La Capra. Para este autor, a interpretação de textos deve abordar um

diálogo constante entre o passado e o presente, entre as fontes e as opções do pesquisador, a partir do qual a escolha da linguagem do historiador não é determinada pelo seu objeto e/ou fontes, nem tão pouco é completamente autoral.

Os textos, segundo este autor, possuem aspectos documentais e *worklike*. O primeiro é entendido por La Capra como a dimensão do texto ligada ao factual ou literal, “(...) envolvendo referências à realidade empírica e transmitindo informações sobre ela.” Por sua vez, o *worklike* é apresentado como um elemento “crítico e transformador, o dado é desconstruído e reconstruído por ele, em um sentido repetindo a realidade, mas também trazendo para o mundo algo que não existia antes nesta significativa variação, alteração ou transformação.”¹² Os aspectos documentais e *worklike* estão presentes tanto nos textos usados como fontes quanto nos textos que dão corpo à historiografia.

A grande contribuição das idéias de La Capra para a biografia intelectual de Cunha Mattos reside em sua problemática acerca dos contextos. Para esse autor, todo texto possui referências externas que, por sua vez, também são construções. Neste sentido, as tais referências externas não possuem uma existência em si, pronta para dar significado aos textos, sendo construídas com os propósitos do pesquisador, do objeto que se é estudado e dos seus objetivos.

Desse modo, a concepção de contexto, no sentido de algo que é exterior ao texto, perde seu caráter rígido:

“(...) mais comumente, a noção de textualidade serve para tornar menos dogmática a concepção de realidade, destacando o fato que algo está ‘sempre previamente’ comprometido nos problemas do uso da linguagem, assim como pretende acrescentar uma perspectiva a estes problemas e isto faz surgir a questão tanto das possibilidades quanto dos limites da compreensão.”¹³

O contexto perde seu caráter de chave para o entendimento do texto, passando a ser entendido como uma construção que poderá ser dar propiciar uma maior inteligibilidade do objeto.

Com base nesta idéia, podemos construir diferentes contextos para o estudo das obras de deixadas por Cunha Mattos, sejam os livros e folhetos publicados, sejam os discursos pronunciados na Câmara dos Deputados. O primeiro contexto pode ser construído em torno do debate que antecedeu a independência formal do Brasil ao longo dos anos de 1821 e 1822. Um segundo contexto possível é o do funcionamento da

primeira legislatura do Império, marcado pelos debates que buscavam definir os poderes do Imperador e da Câmara dos Deputados, além das medidas que visavam consolidar o nascente Estado. Por fim, a produção intelectual de Cunha Mattos, desde 1831 até sua morte, quando o personagem vivenciou um certo afastamento do primeiro plano do cenário político. Neste último contexto, sua atuação política deu-se por meio da participação em instituições que buscavam influenciar a condução da modernidade brasileira, marcadamente a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A partir destes contextos, podemos verificar as relações existentes entre os textos de Cunha Mattos, tentando perceber as possíveis alterações de conteúdo e/ou forma, assim como a existência de diálogos entre eles. Além disto, podemos perceber como os textos de Cunha Mattos articulavam-se com sua atuação pública e com os textos de outros personagens de seu tempo, seus interlocutores.

O ano de 1822 seria marcado pelos debates que visavam definir os papéis do Brasil e Portugal na arquitetura deste novo Império. Tendo como palco as Cortes de Lisboa, os palácios no Rio de Janeiro e as diversas províncias do Reino do Brasil, portugueses dos dois lados do Atlântico disputaram de modo acirrado pela definição da sede e das condições em que se dariam as relações entre os dois principais reinos que formavam a nação portuguesa, bem como o modelo de soberania que deveria ser adotado no Império.

Roderick Barman traçou, de modo bastante rico, várias cenas deste teatro de disputas políticas, desenhando as teias de poder que marcariam os últimos meses do Império luso-brasileiro. Segundo este autor, a maior parte do Brasil, com exceção do centro-sul, apoiava as Cortes como instância legítima de poder. Este quadro só seria alterado com o passar dos trabalhos daquela câmara e com a quebra da proposta de relações entre partes iguais, que caracterizava a proposta de d. Rodrigo, e a tentativa de imposição da supremacia de Portugal. Este impasse fez com que os representantes do Reino do Brasil percebessem a impossibilidade de um novo acordo e optassem por uma emancipação política¹⁴.

Neste contexto, com as Cortes em Lisboa e a posterior participação dos deputados brasileiros, os termos da continuidade da unidade do Império Português entraram na pauta das discussões, alcançando as praças públicas, cujo debate era alimentado pela ebulição de periódicos em várias partes do Reino do Brasil e em

Portugal. “Em geral, a característica básica desses folhetos era o caráter polêmico e didático, sob a forma de comentários de fatos recentes, ou de discussões sobre grandes questões da época. Muitas vezes, encadeavam-se uns aos outros, ou a alguma publicação de outro gênero, como os jornais, enquanto resposta ou desafia às posições assumidas, chegando a formar uma ‘rede de polêmicas’.”¹⁵.

Em abril de 1822, Cunha Mattos publicaria um panfleto intitulado “Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros...”¹⁶. Nesse texto, no seu pretendido levantamento das razões que poderiam explicar o estado de animosidade entre membros de uma mesma nação portuguesa, o autor põe em pauta pontos interessantes do pensamento político de então.

O argumento principal presente nesse documento é de que os portugueses fossem eles brasileiros ou europeus, como membros de uma só nação, deveriam preservar a unidade do Império, caminho único para a garantia de uma posição digna diante do concerto das nações de então. Os argumentos de Cunha Mattos pautavam-se nas suas concepções de pátria, de nação e na expectativa na realização da utopia do poderoso império: “os dois Reinos, governados pelo mesmo excelso Monarca, ligados os povos pelos vínculos de sangue, de religião, com os mesmos costumes, prejuízos e inclinações devem dentro de poucos anos chegar ao mais alto termo de glória (...).”¹⁷

Em outro panfleto, publicado em junho daquele ano, Cunha Mattos¹⁸ insistiria em seus argumentos, deixando mais claro, todavia, a ‘culpabilidade’ dos portugueses europeus nos conflitos e na situação de impasse que se projetava nas Cortes. Segundo ele, o tal impasse encontrava-se na questão da definição do lugar da Corte e dos temores em torno da situação colonial na qual poderia encontrar-se as outras partes do Império. Este seria o real debate por trás da questão da permanência ou não de d. Pedro, herdeiro da Coroa, no Brasil.

A dita permanência de d. Pedro I no Brasil, amplamente defendida por Cunha Mattos, significava a possibilidade, mesmo que remota, da retomada do projeto de construção do Império luso-brasileiro, que teria, nestas condições, o Rio de Janeiro como sede. Vários coimbrãs compartilhavam essa expectativa, provavelmente comungada pelo próprio d. Pedro.

Cunha Mattos apresentava-se como leal à casa de Bragança. Entretanto, sua lealdade em 1822 era apresentada para com a pátria, “(...) entidade sagrada e por cuja

conservação tudo devemos arriscar.”¹⁹ Devo salientar que a concepção de pátria usada por esse personagem difere do uso comum de sua época, quando aquele conceito era associado à idéia de pátria local, do lugar de nascimento. Em sua concepção, pátria significaria a “coisa pública”, sendo associada ao Rei, ao Estado e ao bem estar daqueles que estariam sob seu governo.

Mattos reedita uma “Carta histórico-político-militar dirigida a certo Redator refutando completamente a doutrina nº 49 do Semanário Cívico da Bahia”, inicialmente publicada em março daquele ano, e pela qual sofreu várias críticas de “portugueses europeus”. Um trecho particularmente interessante deste documento diz respeito à defesa que o autor faz da existência de “cortes legislativas” no Brasil e em Portugal, bem como a indicação de um regente, representante do poder executivo e cujas ações se dariam em nome do Rei na parte do Império que não contasse com a presença desse último.

Nesse debate com os editores que defenderiam as causas portuguesas, Cunha Mattos se inseria na rede de polêmicas citada por Lúcia Neves.

Com o desenrolar de 1822, quando o Brasil tornou-se uma entidade política autônoma, seguiu um caminho deveras distinto dos demais Estados americanos. Era estabelecida uma monarquia nas Américas, cujo soberano receberia o título de Imperador e as fronteiras coincidiram, quase em sua totalidade, com as do período colonial.

Entretanto, no momento da concretização da Independência do Brasil, a fragilidade do vínculo existente entre as várias regiões do país era notória. Esta fragilidade foi percebida como consequência da singularidade da colonização portuguesa, onde os contatos internos da gigantesca colônia não eram incentivados, o que teria possibilitado o fortalecimento dos interesses das *pátrias locais*, que muitas vezes estariam em oposição às políticas centralizadores da corte. Tal característica tornou a unidade nacional pós-independência um assunto delicado, que exigiu um grande esforço por parte da elite política brasileira.

Diante de uma imensidão territorial, cuja sensação de distanciamento era ampliada pelas dificuldades dos meios de comunicação e de transporte, a conclusão era a de que o Brasil não se conhecia no momento de sua emancipação política. E o desconhecido – territorial, social, étnico – causava pavor aos dirigentes. Esses, membros de uma reduzida elite econômica e política, temiam pelo destino do país na

ausência de um governante percebido como legítimo por parte significativa da população. A experiência republicana das ex-colônias espanholas, cuja concretização resultara em sérios conflitos armados e no empobrecimento de algumas famílias tradicionais, não colaborava para que as elites brasileiras, também ligadas aos grandes proprietários rurais, considerassem seriamente a perspectiva republicana. Isto não quer dizer que estes grandes proprietários tivessem um projeto de Império igual ao da elite carioca, mas que na maior parte do tempo viam no Império uma instituição superior à república.

Esta realidade contribuiu para que, no momento da definição da Independência, a opção política pela monarquia fosse apresentada como viável, preferível e legítima para os dirigentes do processo emancipatório, que tinham na figura do Rei um símbolo de autoridade e ordem. Diante deste quadro, portanto, a manutenção da monarquia era vista pelos idealizadores da Independência como um dos poucos elementos capazes de impedir a fragmentação territorial e política do país naquele momento, evocando uma ordem e um equilíbrio distante do caos das repúblicas vizinhas. Assim, os líderes da Independência atuaram diretamente no sentido de colocar d. Pedro, herdeiro do trono luso e sobre quem recaía a continuidade da dinastia de Bragança, em um lugar de destaque no cenário dos acontecimentos políticos de 1822²⁰.

A manutenção da monarquia não constituiu-se em grande objeto de debates entre os principais articuladores da Independência, mas a adoção do título de Imperador pelos soberanos brasileiros seria objeto de discussão, sendo, inclusive, criticado por d. Pedro em um primeiro momento. Segundo Barman, o título de imperador apresentava-se como particularmente interessante, pois

“(…) não somente tinha uma conotação de total rompimento com o passado e evitava a usurpação de qualquer título de d. João VI, como também, no uso contemporâneo da palavra, implicava tanto no governo de um território de extensões inusuais como em uma monarquia cuja ascensão ao trono envolvia algum elemento de eleição.”²¹

Segundo Iara Lis Souza, a soberania de d. Pedro pautava-se em um novo contrato, no qual as elites brasileiras, por meio das câmaras, estabeleciam as condições para a aceitação e legitimação de d. Pedro como soberano. Este contrato teria como ponto central o estabelecimento de uma monarquia constitucional no Brasil²².

As revoltas de 1817 – ocorridas quase simultaneamente em Pernambuco e em Lisboa – e a Revolução do Porto reivindicavam a restauração da organização política. Para estes homens, a construção do poder absoluto do rei por meio do reformismo pombalino significou a usurpação de antigos direitos e o fim do pacto a partir do qual havia sido fundada a realeza lusa.

Entretanto, a proposta do estabelecimento de um novo pacto significou uma releitura da tradição política. Os defensores do constitucionalismo histórico, que se apegavam à idéia da existência de leis fundamentais, que direcionavam as ações reais mesmo quando o poder de legislar estava concentrado nas mãos do soberano, tomou a fórmula da elaboração de uma constituição escrita, elaborada pelos representantes do povo, cuja soberania substituiria a do monarca.

Precisamos considerar, contudo, que o povo no contexto ibérico não teria o sentido abstrato presente no pensamento político francês. A representatividade do povo na restauração lusa e do constitucionalismo brasileiro estava restrita ao grupo de proprietário que, senhores do seu tempo, não eram escravos da busca pela própria sobrevivência.

No Brasil, a Constituição de 1824 foi fortemente inspirada na proposta de Benjamin Constant, cujo marco era a existência de um quarto poder, o Moderador, a partir do qual D. Pedro I garantiu um lugar de destaque para o soberano na organização e no governo do Estado. Em 1826, o Brasil viveria sua primeira eleição.

Cunha Mattos, que atuou mais uma vez como militar na defesa da unidade do Império, mas agora o Brasileiro, no combate à resistência em Goiás, retornaria à Corte em 1826, como representante daquela província na Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados foi durante toda a primeira legislatura palco de disputas com d. Pedro I. Segundo Barman, os deputados viam-se como defensores do constitucionalismo, reagindo a qualquer sinal de ‘absolutismo’ e de opressão. Entre os pontos que resultaram em conflitos com o Imperador estão os tratados de reconhecimento de independência e de amizade.

A atuação de Cunha Mattos na Câmara foi significativa, sobretudo nos debates acerca dos termos dos tratados de reconhecimento da independência do Brasil efetivados por d. Pedro I. Seus discursos eram inflamados, marcadamente contrários ao modo como tais tratados estavam sendo conduzidos, deixando notória a situação de

coerção, tornando claro desrespeito para com a soberania nacional e o caráter indigno para o país.

Apesar de ter sido reeleito para a segunda magistratura, Cunha Mattos pediria licença de suas funções e partiria para Portugal em 1831, permanecendo ali por dois anos. Durante esta sua estadia, presenciou os embates entre as tropas de d. Pedro as de d. Miguel. Desta experiência, escreveria “Memória da campanha do senhor D. Pedro d'Alcântara, Ex-Imperador do Brasil, no reino de Portugal, com algumas notícias anteriores ao dia do seu desembarque”, que foi publicada ainda em 1833. Para Cunha Mattos, a escrita desta obra justificava-se pelo fato de que, em sua opinião, os assuntos ali tratados logo formariam um importante capítulo da história brasileira. A unidade luso-brasileira continuava a ser um desejo.

Em 1834, de volta ao Brasil, foi nomeado Comandante da Academia Militar. A seguir, foi nomeado vogal do conselho supremo, “(...) a que já lhe haviam dado direito os seus serviços e saber, e a publicação de um repertório da legislação militar (...)”²³, e dois anos depois foi elevado ao posto de marechal de campo.

Ao longo de toda década de 1830, o marechal dedicou-se aos trabalhos intelectuais, participando de modo vigoroso da Sociedade da Indústria Nacional e propondo, já no seu último ano de vida, a fundação do IHGB. Sua atuação como homem de letras era a muito reconhecida, vindo a ser membro de renomadas sociedades de conhecimento, sendo “(...) sócio correspondente do Instituto Histórico de França, da Sociedade Real Bourbônica e da Academia Real das Ciências de Nápoles, secretário perpétuo da Auxiliadora da Indústria Nacional, e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.”²⁴

A SAIN foi idealizada em 1816 por Inácio Alves Pinto de Almeida, fidalgo próximo a d. Pedro I, mas só teve sua fundação concretizada em 1827. Apesar de ser uma associação privada, a primeira mesa diretora da SAIN foi designada por d. Pedro I.

Compreendendo “indústria” como toda a atividade econômica, os membros da SAIN preocupavam-se com o desenvolvimento do país, sobretudo com a principal atividade industrial da época: a agricultura. De acordo com seus estatutos de 1848, a Sociedade Auxiliadora

“(...) tinha por fim promover, por todos os meios ao seu alcance o aperfeiçoamento da agricultura das artes, dos ofícios, do comércio e da

navegação do Brasil. (...) [Pretendia também] auxiliar a nossa ‘nascente indústria’ através de prêmios, certificados, publicações e exposições.”²⁵

Os principais temas discutidos nas reuniões, assim como as pesquisas e artigos desenvolvidos pelos sócios da Sociedade, eram publicados em sua revista, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, que teve seu primeiro número em 1833 e uma tiragem média de 1000 exemplares ao longo do século XIX.

Corpo técnico que tinha por objetivo orientar o Estado sobre os investimentos e as novas técnicas, sobretudo agrícolas, os membros da SAIN estavam eventualmente ligados aos debates e descobertas da ciência que tinham lugar em geral na Europa. Esse contato permitiu a alguns de seus sócios a participação, mesmo que passiva, nos debates nacionalistas, familiarizando-se com a idéia da história como elemento importante neste movimento. Assim, tais homens preocupavam-se com as questões da modernidade e desejavam o reconhecimento do lugar do Brasil no mundo civilizado. Para isso, o Brasil precisava apresentar-se culto, sendo seu soberano capaz de exercer o poder de modo sábio, visando o bem público.

O IHGB, por sua vez, nasceu ligado à tarefa de ‘descobrir’ elementos que possibilitassem a concretização de uma nação, que se iniciava tão grande e heterogênea. Diante disso, os membros daquele Instituto elegeriam temas e fatos que destacassem ou estimulassem o fortalecimento dos laços existentes entre as várias regiões do país. O Brasil precisava descobrir quais elementos caracterizariam a nação, quais deles a aproximariam das nações civilizadas e quais a diferenciariam das demais nações. Era, portanto, um movimento de duplo sentido, voltado tanto para seu interior quanto para o exterior: “Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.”²⁶

De modo coerente com o seu projeto, o IHGB destacaria, em meio a tanta heterogeneidade, aqueles elementos que reforçassem as experiências comuns entre as diversas regiões do país. Entre tais elementos, a atuação dos funcionários do Estado português durante o período colonial receberia um lugar de honra, sendo a história produzida no IHGB comumente identificada como uma história, no mínimo, oficiosa.

Assim, bem de acordo com a sugestão dada por Cunha Mattos – em matéria apresentada em sessão de 1838, mas só publicada em 1863 – foram coletados e

divulgados na Revista do IHGB vários documentos oficiais, como a correspondência de governadores, donatários e religiosos. Entre as diversas ordens religiosas que se estabeleceram no Brasil colônia, a presença dos jesuítas receberia especial atenção, sobretudo no que se refere às suas experiências na catequese indígena.

A história escrita a partir do IHGB estaria sempre em consonância com os projetos centralizadores do monarca, a quem os sócios deviam lealdade pública e pessoal, bem como ao propósito de fornecer as bases para a construção da nação brasileira. Entre os elementos eleitos como representativos da brasilidade, os intelectuais do século XIX escolheram a natureza e a população. A constituição desta última, a partir do contato de três raças (o índio, o branco e o negro), era vista como principal diferenciador do ser brasileiro, proposta esta sistematizada por von Martius em seu célebre texto *Como se deve escrever a história do Brasil*.

Cunha Mattos morreria poucos meses após a aprovação da criação do IHGB, deixando uma rica produção intelectual.

OS SENTIDOS DAS PALAVRAS

De um modo geral, sua obra foi marcada por uma busca de definições que marcou o debate político ao longo das quatro primeiras décadas do século XIX no mundo luso-brasileiro, quando os seus principais atores percebiam seu tempo como único, inédito e decisivo para a concretização de suas expectativas.

Para escrever a biografia intelectual de Cunha Mattos, portanto, é essencial considerar que seus escritos foram produzidos com o objetivo de intervir na realidade política e social de seu tempo. O discurso como instrumento de intervenção esteve presente em toda a obra desse personagem, seja na produção abertamente política, seja na de caráter mais acadêmico. Ações positivas e participação na discussão da tradição do pensamento político ibérico estavam presentes na produção de Mattos e de seus interlocutores.

Considerando tal marca, um instrumento interessante para a escrita da biografia intelectual desse personagem é a história dos conceitos, principalmente em suas relações com a história social.

A *begriffsgeschichte* pode ser considerada tanto como um método da história social como uma disciplina autônoma. De acordo com a primeira abordagem, ao estudarmos os conceitos buscamos o modo como aqueles homens viam determinados aspectos da ‘história vivida’, quais as experiências ligadas ao uso de determinados conceitos e quais projetos estariam a eles conectados: “Os momentos de duração, mudança e ‘futuro’ contidos em uma situação política concreta são registrados através de seus traços lingüísticos. De modo geral, condições sociais e suas transformações tornam-se, deste modo, os objetos de análises.”²⁷

Entretanto, a relação entre o uso de determinados conceitos e a história social não é simples nem tão pouco automática. O autor destaca que, apesar dos conceitos terem capacidades político-sociais, eles não podem ser vistos simplesmente como indicativos das relações que eles ‘cobrem’, sendo este um dos seus aspectos internos. “Não necessariamente a persistência e a mudança nos significados das palavras correspondem à persistência e à mudança nas estruturas que eles especificam.”²⁸

Kosellec acredita que os conceitos podem ser classificados em três grupos, de acordo com a manutenção ou não dos seus significados: 1) “conceitos tradicionais”: “cujos significados têm se mantido que, mesmo sob condições modernas, conservam uma validade empírica”. 2) Conceitos que mantiveram apenas a palavra, tendo modificado completamente seu significado sendo possível restabelecê-lo apenas com a pesquisa histórica”. E, 3) neologismos criados a partir de realidades sócio-políticas novas. Tal divisão não deve ser vista como excludente: um conceito pode ser enquadrado nos três grupos.

De acordo com esta esquematização de Koselleck, percebemos que a *begriffsgeschichte* relaciona uma análise sincrônica e outra diacrônica, refletindo a conexão entre conceito e contextos. “Persistência, mudança ou novidade nos significados das palavras devem ser primeiro tomados, antes que eles possam ser usados como índices de seus conteúdos extralingüísticos, como indicadores de estruturas sociais ou situações de conflitos políticos.”²⁹

Entretanto, os significados das palavras podem ter um alcance maior que aquele indicado pelo seu ‘contexto’. Um conceito contém a possibilidade de ser empregado com um sentido genérico, não se referindo a um contexto específico.

Usufruindo das indicações da *begriffsgeschichte*, conceitos significativos na obra de Cunha Mattos, tais como população, nação, soberania, Estado, identidade

nacional e progresso podem ser melhor compreendidos, evitando a transposição de significados atuais dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto busquei demonstrar como a biografia intelectual de Cunha Mattos, pode ser interessante para analisar e discutir dos os diversos espaços de socialização e de disputas de poder que tiveram lugar na primeira metade do século XIX, pelos quais este personagem circulou e atuou. A possibilidade de instrumentação de conceitos e métodos de análise no tratamento dos textos produzidos por aquele personagem deixam claro que a biografia intelectual distancia-se do modelo tradicional, onde as produções e ações dos biografados eram vistos como fruto exclusivo da vontade e do gênio individual.

NOTAS

* Neuma Brilhante é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

¹ SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos.” Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 12 em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/207.pdf>, acessado em 10/08/2003.

² SILVA, Helenice Rodrigues da. “A história intelectual em questão.” In: LOPES, Marco Antônio. *Grandes nomes da história intelectual*. Contexto: São Paulo, 2003, p. 22.

³ BITTENCOURT, Feijó. Instituto Histórico: os fundadores. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1938.

⁴ MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1963.

⁵ LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política: 1798-1822). Livraria Sette Letras Editora: Rio de Janeiro, 1994, p. 34.

⁶ DIAS, J. S. da Silva. “Pombalismo e teoria política”. In: *Cultura, História e Filosofia*, vol. 1, Lisboa, 1982, pp. 45- 114.

⁷ A tradição é compreendida aqui não em um sentido fechado que parte de um referencial fixo de idéias, a partir do qual seria possível determinar a existência de continuidades ou de rupturas, de proximidades ou de afastamentos do que estaria definindo como tradição. Segundo Kirschner, “(...) à medida que se aceita a possibilidade de recriações dentro da própria tradição, afastamo-nos da idéia de um quadro de referência legítimo, imutável, para percebermos a tradição como articulações de idéias em movimento. As continuidades, os afastamentos, as recriações passam a fazer parte de uma longa tradição que se refaz permanentemente (...)” (KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Voltaire: a conquista da felicidade terrena”. In: LOPES, Marcos Antônio (org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. Contexto: São Paulo, 2003, p. 358-359). Esta concepção de tradição supõe uma transmissão ativa das experiências, cujos significados são matizados pela relação do próprio espaço de experiência com o horizonte de expectativas, o que significa a reformulação constante de significados.

⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Papirus Editora: São Paulo,

-
- ⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Future Past: on the semantics of historical time*. MIT Cambridge: Massachusetts, 1985, p. 270.
- ¹⁰ BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a Nation (1798-1852)*. Stanford: Standford, 2000, 76-77. Ver também NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Editora Revan/FAPERJ: Rio de Janeiro, 2003.
- ¹¹ BELLEGARDE, Henrique. “Elogio histórico do falecido vice-presidente o marechal Raymundo José da Cunha Mattos”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839, p. 285.
- ¹² LACAPRA, Dominick. “Rethinking intellectual history and reading texts” in: Dominick LaCapra & Seven L Kaplan. *Modern European intellectual history*. Cornell University Press: Ithaca and London, 1995, p. 53.
- ¹³ Idem, *ibidem*, p. 50.
- ¹⁴ BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation ...*, pp. 65-96.
- ¹⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais ...*, p. 40. A importância da imprensa no processo de construção das identidades nacionais foi destacada por Benedict Anderson. (ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional...*).
- ¹⁶ MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimento da antipatia e recíproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros...”. *Typographia de Mos Garcez*: Rio de Janeiro, 1822.
- ¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 29.
- ¹⁸ MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Nova questão política: Que vantagens resultarão aos reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera, pacífica e leal?*.
- ¹⁹ MATTOS, Raymundo José da Cunha. “Ensaio histórico político...”, p. 5.
- ²⁰ Sobre a construção do papel de d. Pedro no processo de Independência, ver SANDES, Noé. *A invenção da Nação: entre a monarquia e a república*. Ed. UFG: Goiânia., 2000.
- ²¹ BARMAN, Roderick J. *Brazil ...*, p. 99.
- ²² SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*. UNESP: São Paulo, 1999.
- ²³ BELLEGARDE, Henrique. “Elogio histórico...”, p. 288.
- ²⁴ BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. “Elogio histórico do falecido vice-presidente o marechal Raymundo José da Cunha Mattos”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1839, p. 284.
- ²⁵ SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece*. Dissertação de Mestrado, UFF: Niterói, 1979, p. 98.
- ²⁶ GUIMARÃES, Luís Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. , 1988, p. 6.
- ²⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Future Past: on the semantics of historical time*. MIT Cambridge: Massachusetts, 1985, p. 77.
- ²⁸ Idem, *ibidem*, 88.
- ²⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Future Past: on the semantics of historical time*. MIT Cambridge: Massachusetts, 1985, p. 82.